

Risco soberano Mercado aguarda agora revisão das mega-agências

SR melhora rating de dívidas

Renata Batista
Do Rio

A nota atribuída pela SR Rating — agência de classificação de risco nacional — ao risco soberano brasileiro voltou ontem ao mesmo patamar de antes da crise cambial brasileira, em janeiro de 1999, BB para dívidas em moeda estrangeira, e BB+, para dívida local. A expectativa de que as agências internacionais sigam o mesmo caminho, porém, ainda não foi confirmada.

O analista responsável pelo Brasil na Moodys Investors, está desde segunda-feira em São Paulo. A agência, porém, não confirmou os rumores de que irá anunciar o "up grade" essa semana. Já a responsável pela avaliação do risco brasileiro da Standard & Poors, Lisa Schineller, reconheceu mais uma vez estar impressionada com o sucesso do programa de estabilização brasileira, mas não quis estabelecer prazos para o "up grade".

A analista se negou a comentar os resultados das eleições municipais deste domingo. Schineller disse que gostaria de assistir a discussão da reforma fiscal no Congresso Nacional. "Estamos olhando evidências adicionais. Ainda precisamos nos sentir mais seguros quanto ao grau de responsabilidade fiscal brasileiro", disse.

O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, que nas últimas semanas intensificou as apresentações para investidores e analistas estrangeiros, negou qualquer tipo de pressão para que o rating seja alterado. "Eles não gostam de trabalhar sob pressão. Vou lá, converso, mas não faço nenhuma pergunta", respondeu.

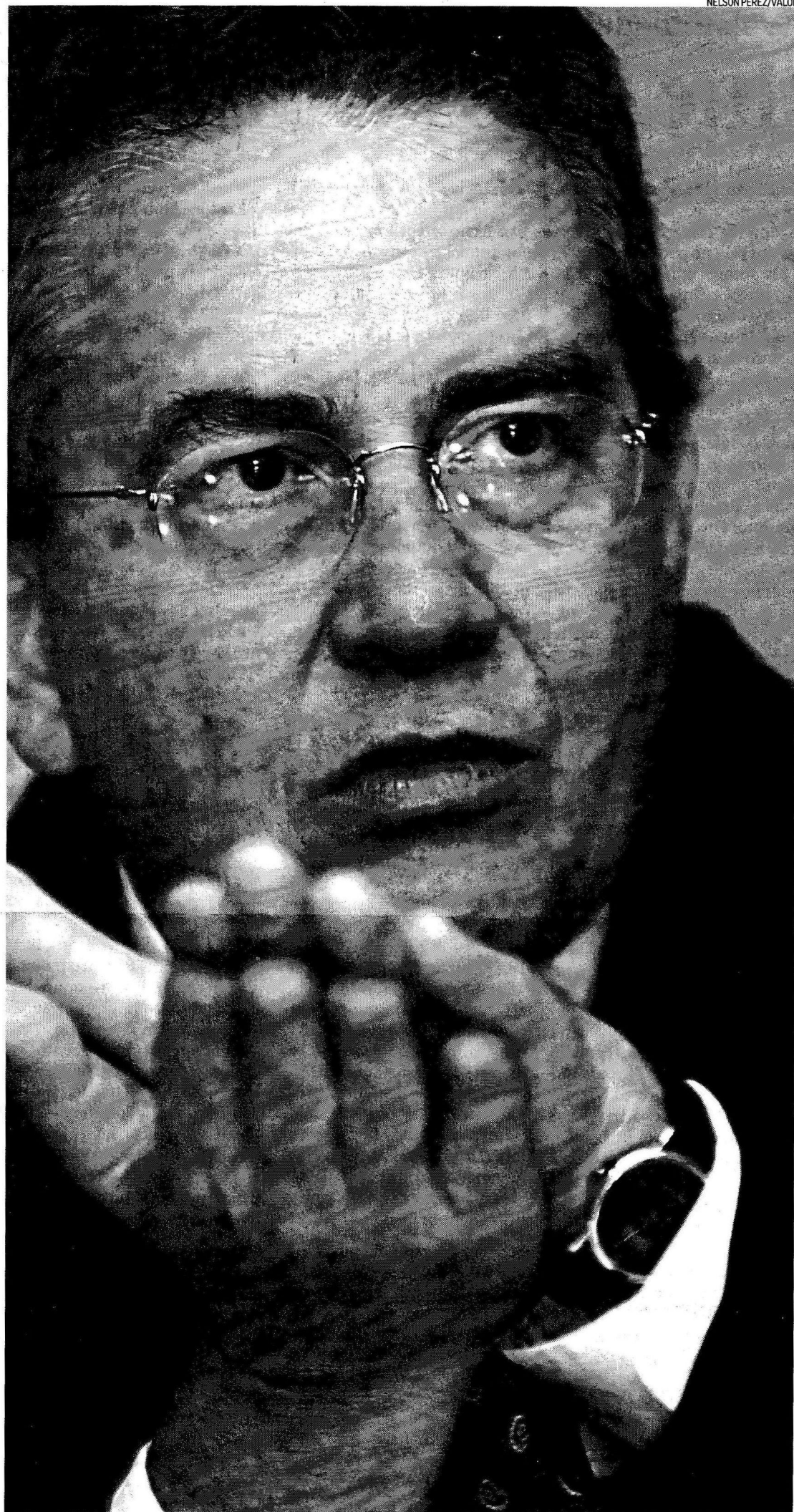
Na opinião do economista Paulo Rabello de Castro, sócio da SR Rating, o lobby para a reclassificação surte pouco efeito sobre as agências internacionais. Castro re-

conheceu, porém, os efeitos positivos que um upgrade poderia trazer para o Brasil, ao reduzir o custo da dívida. "O sr. Armínio Fraga tem treino internacional como poucos têm. Ele está fazendo o que os outros deveriam fazer", afirmou.

Rabello lembrou que a trajetória de crescimento da dívida pública brasileira — antes explosiva — se estabilizou, mas, segundo ele, ainda existem muitos passivos não contabilizados, como o do FGTS. "Se não fossem os esqueletos, ficaríamos mais otimistas com a evolução da dívida pública. Para a SR, a dívida mobiliária federal hoje está na faixa de 55% do PIB", disse. As estimativas oficiais são de que a dívida é de cerca de 46% do PIB.

Castro explicou que o câmbio flexível dá melhores condições ao país de superar crises passageiras, mas se disse preocupado, porém, com a capacidade do país de gerar superávits para arcar com seus compromissos externos. Segundo ele, para isso, as exportações brasileiras precisariam crescer cerca de 10% ao ano nos próximos 15 anos. O Brasil não é BBB — a chamada investment grade, ou seja, nota que abre espaço para o país em um número maior de carteiras de investimento — porque sua vulnerabilidade externa ainda é muito grande.

A dívida externa e os investimentos estrangeiros são seis vezes maiores que o volume total de exportação de produtos e serviços. "Para as agências internacionais, a diferença principal entre o Brasil e os países da Ásia, além da maior boa vontade que eles têm com os asiáticos, é a capacidade de exportar", disse Castro. Na opinião do analista, nesse momento, as agências estão observando com atenção os efeitos da crise do petróleo sobre o Brasil, que continua sendo um grande importador.



Paulo Rabello de Castro: "Crescimento da dívida pública se estabilizou, mas ainda existem muitos passivos"